

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.819 - RS (2019/0207408-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO EGERT BARBOZA - RS004692
ANA RITA SALGADO MARDER - RS090723
MERCEDES MASCARENHAS MENDONCA E OUTRO(S) - RS053938
AGRAVADO : BERTA DIANA WAGNER ZUCCHETTI
ADVOGADOS : ILDOMAR MARODIM - RS012833
CLEVERSON DALMOLIN - RS057673
INTERES. : HELENA MEDINA SCHIMITT
INTERES. : PAULO EUGENIO ROSSATTO
INTERES. : MAURÍCIO DAL AGNOL

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VALORES LIBERADOS CONFORME DIRETRIZES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por OI S.A. - em recuperação judicial, com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravante interpôs agravo de instrumento contra decisão do Juízo de primeiro grau (e-STJ, fls. 4-17), tendo o Tribunal de origem decidido, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 842-844):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LIQUIDAÇÃO DE VALORES. NECESSIDADE. CRÉDITO CONCURSAL.

Conforme já restou pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, o cumprimento de sentença condenatória de

complementação de ações dispensa, em regra, a fase de liquidação de sentença. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, no sistema de recursos repetitivos do artigo 543-C do CPC/73. Ocorre, porém, que em casos como o ora em estudo, e em atenção ao Ofício 613/2018/OF, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Cartório da 7ª Vara Empresarial, no item 2, do AVISO SOBRE OS CRÉDITOS DETIDOS CONTRA O GRUPO OI/TELEMAR", "os processos que tiverem por objeto créditos concursais¹ devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.6.2016. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial. restando vedada, portanto, a prática de quaisquer atos de constrição pelos juízos de origem."

Em que pese o trânsito em julgado do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença ter ocorrido em 30/09/2014 (e-fl. 550), consoante se verifica nos autos, ainda não há consolidação do valor efetivamente devido, ou seja, não há se falar em crédito líquido.

Desta forma, em virtude da atual orientação, leia-se "AVISO SOBRE OS CRÉDITOS DETIDOS CONTRA O GRUPO OI/TELEMAR", aqui já referida, deverá haver a liquidação do crédito pretendido. Imaginar-se o contrário, importaria em se permitir habilitações de créditos ilíquidos junto ao Juízo da Recuperação Judicial. Sendo assim, no caso dos autos, e em se tratando de crédito concursal, que deve ocorrer a liquidação dos valores, junto ao Juízo de origem, com atualização até o dia 20.6.2016, data da decretação da Recuperação Judicial, restando vedada a prática de quaisquer atos de constrição de bens e/ou valores da recuperanda.

LIBERAÇÃO DE VALORES.

Em decorrência do recebimento do pedido de recuperação judicial das sociedades empresárias que compõem o Grupo Oi, da qual a parte agravada faz parte, bem como da determinação pelo juízo competente de sobrestamento das execuções promovidas contra elas, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº. 004/2016 - SECPRES, em que orienta que: "sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, Híquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial."

Em 28.03/2017, foi proferida nova decisão no processo de recuperação judicial (Embargos de Declaração nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que definidos novos requisitos para a suspensão do processo em alguns casos específicos:

- (a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016:
- (b) Quando acontecer as seguintes situações, desde que anteriores a 21.06.2016: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução, ou (iii) já tenha ocorrido a

Superior Tribunal de Justiça

preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de certidão cartorária. Além disso, o despacho proferido em 15/05/2017, pelo juízo da 7ª vara empresarial do Rio de Janeiro, determinou a prorrogação da suspensão das ações judiciais por 180 dias úteis, desde que preenchidos certos requisitos. Em 31.05.2017, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nQ. 010/2017 SECPRES, acerca da prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções movidas em face das sociedades empresárias do Grupo OI - em recuperação judicial, por mais 180 dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente à decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro em 15.05.2017.

No caso dos autos, verifica-se que, além do bloqueio dos valores ter ocorrido antes de decretada a recuperação judicial da empresa (21/06/2016), o incidente de impugnação transitou em julgado em 30/09/2014 (e-fl. 550).

Sendo assim, à luz da nova decisão proferida pelo TJRJ, possível a expedição de alvará do valor devido em favor da parte autora, após sua liquidação, pois preenchidos os requisitos autorizadores para tal liberação.

JUROS SOBRE JUROS. Inocorrência. Os juros moratórios foram aplicados de maneira correta pelo contador judicial. Ausência de comprovação no recurso dos valores sob os quais foram aplicados juros sobre juros.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

Apresentados dois embargos de declaração pela parte agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 888-897; 921-931).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 937-954), fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; e 49 da Lei n. 11.101/2005, além de afirmar a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou a existência de omissão no acórdão recorrido por ausência de manifestação quanto ao fato de que, embora o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença tenha ocorrido em 30/9/2014, ainda não houve consolidação dos valores efetivamente devidos, de modo que não estariam preenchidos os requisitos autorizadores para liberação de valores à parte ora recorrida.

Destacou que a liberação de valores somente é possível se presentes dois requisitos: o bloqueio ou depósito da quantia ter ocorrido antes de 21/6/2016, bem como já ter havido a liquidação definitiva do valor do crédito exequendo, o que assevera não ter ocorrido, uma vez que não houve a homologação dos cálculos readequados.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fls. 983-984).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por não vislumbrar a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e em razão da incidência da Súmula 7/STJ.

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 1.005-1.020 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 1.034-1.039 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No caso, cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão da parte recorrente. Não há, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. O Tribunal de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a baixa de demora de gravame de veículo adquirido por alienação fiduciária não configura dano moral in re ipsa. Incidência da Súmula 83/STJ.

2.1. No caso em tela, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de circunstâncias

Superior Tribunal de Justiça

outras a comprovar o dano sofrido. Incidência da Súmula 7/STJ.

2.2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1666231/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. DOCUMENTO. PRAZO. ARQUIVAMENTO. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA. EQUIPAMENTO. ENTREGA E INSTALAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. REEXAME. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. A lei não admite a renúncia antecipada aos efeitos da prescrição, mas somente depois de exaurido o prazo correspondente. Precedente.

4. O tribunal local, após a análise das provas, concluiu pela existência da dívida. Rever tal posicionamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1365839/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019)

Em verdade, observa-se que o TJRS, quando do julgamento dos embargos de declaração, manifestou-se sobre a questão suscitada pela ora recorrente, esclarecendo que (e-STJ, fls. 894-896):

No caso dos autos, nenhuma das hipóteses capazes de ensejar o acolhimento dos embargos encontra-se presente, devendo a inconformidade da parte ser apresentada mediante o recurso apropriado.

De qualquer sorte, a fim de elucidar o ponto, transcrevo o trecho do acórdão embargado:

"(...)

LIQUIDAÇÃO DE VALORES. NECESSIDADE. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme já restou pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, o cumprimento de sentença condenatória de complementação de ações dispensa, em regra, a fase de

liquidação de sentença. Nesse sentido, inclusive, o STJ já decidiu, em precedente no sistema de recursos repetitivos do artigo 543-C do CPC/73:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: O cumprimento de sentença condenatória de complementação de ações dispensa, em regra, a fase de liquidação de sentença.

2. Aplicação da tese ao caso concreto.

3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1387249/SC, Rei. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 10/03/2014)

Ocorre, porém, que em casos como o ora em estudo, e em atenção ao Ofício 613/2018/OF, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Cartório da 7ª Vara Empresarial, no item 2, do A VISO SOBRE OS CRÉDITOS DETIDOS CONTRA O GRUPO OI/TELEMAR", "os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.6.2016. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor

concursal possa habilitar nos autos da recuperação judicial! e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação judicial, restando vedada, portanto, a prática de quaisquer atos de constrição pelos juízos de origem.¹

Em que pese o trânsito em julgado do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença ter ocorrido em 30/09/2014 (e-fp. 550), consoante se verifica nos autos, ainda não há consolidação do valor efetivamente devido, ou seja, não há se falar em crédito líquido.

Desta forma, em virtude da atual orientação, leia-se "AVISO SOBRE OS CRÉDITOS DETIDOS CONTRA O GRUPO OI/TELEMAR", aqui já referida, deverá haver a liquidação do crédito pretendido. Imaginar-se o contrário, importaria em se permitir habilitações de créditos ilíquidos junto ao Juízo da Recuperação Judicial.

Sendo assim, no caso dos autos, e em se tratando de crédito concursal, que deve ocorrer a liquidação dos valores, junto ao Juízo de origem, com atualização até o dia 20.6.2016, data da decretação da Recuperação Judicial, restando vedada a prática de quaisquer atos de constrição de bens e/ou valores da recuperanda.

(...)."

Consoante já referido na decisão ora embargada, ao tratar-se do caso concreto, trata-se de um crédito concursal, deve ocorrer a liquidação dos valores, junto ao juízo de origem, restando vedada a prática de qualquer constrição de bens e/ou valores da recuperanda.

Superior Tribunal de Justiça

Entretanto, não há qualquer contradição, pois a decisão é clara ao determinar a necessidade de liquidação do débito para, após, eventual liberação de valores, já que presentes os requisitos autorizadores do levantamento de valores.

Sendo assim, não há a contradição apontada.

No mais, quanto ao deferimento da liberação de valores conforme as diretrizes da recuperação judicial, o acórdão recorrido consignou que (e-STJ, fls. 853-855):

Nesses lindes, em detrimento dos requisitos estabelecidos anteriormente, houve uma alteração substancial a fim de esclarecer as hipóteses cabíveis para a suspensão do feito, em virtude da decisão proferida no processo de recuperação judicial:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016:

(b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações, desde que anteriores a 21.06.2016: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A; ou (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de certidão cartorária. Além disso, o despacho proferido em 15/05/2017, pelo juízo da 1-vara empresarial do Rio de Janeiro, determinou a prorrogação da suspensão das ações judiciais por 180 dias úteis, desde que preenchidos certos requisitos. Vejamos:

Destarte, diante da jurisprudência dominante, e atento e coadunado com os argumentos elencados pelo Ministério Público, defiro a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 dias úteis, ou até a realização da AGC, valendo aquele que primeiro tiver o seu termo.

Ante o exposto, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:

1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam e/as extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final a data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);

2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma

Superior Tribunal de Justiça

acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);

3) As ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;

4) Os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial, também deverão ser suspensos, na forma do que foi arrazoado acima, cabendo a este Juízo recuperacional a análise do caso concreto.

5) Com relação aos procedimentos arbitrais em que figurem como parte quaisquer das empresas devedoras, esclareço que deverão ser adotadas as mesmas premissas fixadas acima, ou seja, suspensão de todas as arbitragens nas quais já haja definição de quantias líquidas devidas pelas requerentes.

Cumpra aqui por fim esclarecer que as referidas diretrizes foram mantidas em sede recursal quanto do julgamento do agravo de instrumento de nº 0034576-58.2016.8.19.0000, as quais, portanto, devem ser mantidas para o período de prorrogação. - grifei -

Em 31.05.2017, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº 010/2017 SECPRES, acerca da prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções movidas em face das sociedades empresárias do Grupo 01 - em recuperação judicial, por mais 180 dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente à decisão proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro em 15.05.2017.

No caso dos autos, verifica-se que, além do bloqueio dos valores ter ocorrido antes de decretada a recuperação judicial da empresa (21/06/2016), o incidente de impugnação transitou em julgado em 30/09/2014 (e-fl. 550).

Sendo assim, à luz da nova decisão proferida pelo TJRJ, possível a expedição de alvará do valor devido em favor da parte autora, após sua liquidação, pois preenchidos os requisitos autorizadores para tal liberação.

Como se depreende, no tocante à liberação dos valores, o acórdão concluiu pela possibilidade de expedição de alvará do montante incontroverso, o qual se encontrava depositado nos autos antes de 21/6/2016, além de o incidente de impugnação ter transitado em julgado em 30/9/2014.

Nesse contexto, em que o acórdão recorrido concluiu que a situação concreta está contemplada nas hipóteses de levantamento de valores definidas pelo Juízo da recuperação judicial, afigura-se-me inviável rever esse entendimento sem proceder ao

Superior Tribunal de Justiça

reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, quanto ao dissídio jurisprudencial, tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto fático-probatório, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissenso reclama consideração sobre a situação fático-probatória de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força da Súmula n. 7 desta Corte.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator